



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 60,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E.P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série do depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
		Ano	
	As três séries	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série	Kz: 123 500,00	
	A 3.ª série	Kz: 95 700,00	

IMPRESA NACIONAL-E. P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2
Caixa Postal n.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores:

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto das respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade.

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que estão abertas a partir desta data até 15 de Dezembro de 2006, as respectivas assinaturas para o ano de 2007 pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Os preços das assinaturas do *Diário da República*, no território nacional, passam a ser os seguintes:

- As 3 séries Kz: 400 275,00
- 1.ª série Kz: 236 250,00
- 2.ª série Kz: 123 500,00
- 3.ª série Kz: 95 700,00

2. As assinaturas serão feitas apenas no regime atual.

3. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 73 975,00 que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola, E.P. no ano de 2007. Os clientes que optarem pela recepção das suas assinaturas através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- a) *estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo;*
- b) *as assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2006 sofrerão um acréscimo de uma taxa correspondente a 15%;*
- c) *aos organismos do Estado que não regularizem os seus pagamentos até 15 de Dezembro do ano em curso não lhes serão concedidas a crédito as assinaturas do Diário da República, para o ano de 2007.*

SUMÁRIO

Assembleia Nacional

Resolução n.º 30/06:

Elege, diversas personalidades pelo Partido MPLA, para integrem as Comissões Provinciais Eleitorais.

Resolução n.º 31/06:

Elege, diversas personalidades pelo Partido MPLA, para integrem os Gabinetes Municipais Eleitorais.

Resolução n.º 32/06:

Elege, Carlos Silipuleni para integrar a Comissão Provincial Eleitoral pelo Partido UNITA, na Província do Cunene.

Resolução n.º 33/06:

Elege, Helena Beatriz para integrar a Comissão Provincial Eleitoral pelo Partido PRS, na Província do Cunene.

Conselho de Ministros

Decreto n.º 50/06:

Nomeia, para um mandato de quatro anos, os membros para o Conselho de Administração da ENSA — Seguros de Angola, S. A.

3.º — Até 90 dias anteriores ao termo do prazo do mandato dos Conselhos de Administração ou de Gerência das sociedades comerciais participadas pela ENANA-E. P., deve ser apresentado ao Ministério de tutela e das Finanças uma proposta de renovação ou de prorrogação do mandato dos elementos que os integram, a fim de serem homologadas através de decreto executivo conjunto a publicar no *Diário da República*.

4.º — Este diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Agosto de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto n.º 54/06
de 6 de Setembro

Considerando o facto de ainda não ter sido nomeado o Conselho de Administração do GRUPO ENSA-E. P.;

Considerando a necessidade de concretizar as medidas capazes de consolidar a estratégia definida e aprovada em Conselho de Ministros conducente à reestruturação e relançamento da ENSA;

E, atendendo à importância de ser implementada uma política empresarial capaz de consolidar as acções previstas com as medidas decorrentes da política económica e social do Governo;

Nos termos dos n.ºs 2 e 5 do artigo 45.º da Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro, e ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

1.º — São nomeadas, para um mandato de três anos, as seguintes entidades que, no seu conjunto, passam a constituir o Conselho de Administração do GRUPO ENSA-E. P.:

Manuel Joaquim Gonçalves — presidente;

Etelvina Marília José Carlos Silva — administradora;

Emília Rosa Gabriel da Silva Jesus — administradora.

2.º — O Conselho de Administração ora designado deve cumprir e fazer cumprir, entre outras disposições aplicáveis, o disposto na Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro, no Decreto n.º 8/02, de 12 de Abril, sobre o funcionamento das empresas públicas, bem como o disposto na Lei n.º 5/96, de 12 de Abril, e no Decreto n.º 48/02, de 24 de Setembro, sobre os mecanismos de controlo e de gestão.

3.º — Até 90 dias anteriores ao termo do prazo do mandato dos Conselhos de Administração ou de Gerência das sociedades comerciais participadas pelo GRUPO ENSA-E. P., deve ser apresentada às tutelas uma proposta de renovação ou de prorrogação do mandato dos elementos que os integram, a fim de serem homologadas através de decreto executivo.

4.º — Este diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Agosto de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto n.º 55/06
de 6 de Setembro

Considerando o facto de ter expirado o mandato dos membros do Conselho de Administração do Banco de Comércio e Indústria – B.C.I.;

Sendo necessário levar a cabo um processo de reestruturação dos activos da empresa de forma a dar continuidade às políticas públicas de financiamento bancário;

Nos termos dos n.ºs 2 e 5 do artigo 45.º da Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro, e ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

1.º — São indicadas, para um mandato de três anos, as seguintes entidades que, no seu conjunto, passam a constituir o Conselho de Administração do Banco de Comércio e Indústria – B.C.I.:

Adriano Rafael Pascoal — presidente;
 Filomeno da Costa Alegre Alves de Ceita — administrador;
 Adriano Agostinho da Silva — administrador;
 Maria do Carmo Bastos Corte Real — administradora;
 Domingos Pedro — administrador.

2.º — Este diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Agosto de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 397/06

de 6 de Setembro

Havendo necessidade de se ajustar a acção de coordenação e acompanhamento dos órgãos do Ministério das Finanças, a todos os níveis e dos órgãos e empresas por si tutelados;

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do estatuto orgânico deste Ministério, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/98, de 30 de Janeiro e do n.º 3 do artigo 114.º da Lei Constitucional, determino:

1. Ficam sob coordenação directa do Ministro das Finanças, as seguintes áreas:

- a) Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais;
- b) Gabinete de Informática;
- c) Direcção Nacional de Impostos;
- d) Direcção Nacional das Alfândegas;
- e) Instituto de Supervisão de Jogos;
- f) Instituto de Supervisão de Seguros;
- g) Agência Nacional para Investimento Privado.

2. Delega-se a cada um dos Vice-Ministros a coordenação e supervisão da actividade das seguintes áreas:

2.1. Vice-Ministro Job Graça:

- a) Inspeção Nacional de Finanças;
- b) Gabinete de Preços e Concorrência;
- c) Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas;
- d) Instituto Angolano das Participações do Estado;
- e) Comissão do Mercado de Capitais;
- f) Gabinete de Redimensionamento Empresarial.

2.2. Vice-Ministro Eduardo Leopoldo Severim de Moraes:

- a) Gabinete de Estudos e Relações Económicas Internacionais (área de organização e métodos);
- b) Direcção Nacional do Orçamento;
- c) Direcção Nacional do Tesouro;
- d) Direcção Nacional de Contabilidade;
- e) Direcção Nacional do Património do Estado;
- f) Secretaria Geral, no tocante à execução do Orçamento Geral do Estado deste Ministério;
- g) Gabinete de Apoio Técnico à Linha de Crédito da China.

2.3. Vice-Ministro Arlindo Praia Sicato:

- a) Secretaria Geral;
- b) Gabinete Jurídico;
- c) Centro de Documentação e Informação;
- d) Instituto de Formação do Sector Financeiro do Estado;
- e) delegações provinciais de finanças.

3. O Vice-Ministro das Finanças Eduardo Leopoldo Severim de Moraes continuará a representar o Ministério das Finanças na coordenação das reuniões da Comissão do Controlo de Liquidez do Banco Nacional de Angola, bem como na supervisão da actividade de gestão e controlo financeiro das empresas públicas.

4. É designado o Vice-Ministro Job Graça para representar o Ministério das Finanças na Comissão de Vice-Ministros.

5. O Vice-Ministro Arlindo Praia Sicato deve acompanhar toda a actividade governativa, ao nível da administração local do Estado, nas questões da competência do Ministério das Finanças.

6. Os Vice-Ministros devem manter o Ministro permanentemente informado sobre o modo como se desenvolvem as actividades das áreas sob sua coordenação e supervisão, submetendo ao titular do sector assuntos que, pela sua natureza e sensibilidade, requeiram a sua decisão final.